

CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE DO SUL

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM
HABILITAÇÃO TÉCNICA PEDAGÓGICA – ORIENTADOR**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

CONCURSO PÚBLICO 01/2026



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Canela - RS

*Profissional do Magistério com Habilitação
Técnica Pedagógica – Orientador*

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias	1
Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	14
Relações intertextuais e interdiscursivas	24
Coesão, coerência, progressão temática e referenciação	30
Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido	36
Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação	42
Figuras de linguagem	46
Funções da linguagem	53
Variação linguística.....	54
Adequação comunicativa	56
Ortografia oficial	62
Acentuação gráfica.....	70
Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	73
Estrutura e formação de palavras	85
Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	91
Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação	96
Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas	102
Concordância nominal e verbal	108
Regência nominal e verbal	114
Emprego da crase	121
Colocação pronominal.....	125
Pontuação e seus efeitos de sentido.....	128
Discurso direto, indireto e indireto livre	132
Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; paralelismo sintático e semântico; correção gramatical; adequação vocabular	136
Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República	142
Questões	164
Gabarito.....	177

SUMÁRIO



DIDÁTICA

Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	1
Teorias da aprendizagem	10
Tendências pedagógicas	17
Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação	20
Função social da escola e papel do professor	26
Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino	32
Projeto Político-Pedagógico	39
Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos	42
Metodologias ativas e práticas interdisciplinares	48
Relação entre teoria e prática	54
Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	59
Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular.....	65
Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	71
Tecnologias digitais aplicadas à educação.....	77
Educação integral.....	84
Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	86
Alfabetização e letramento	91
Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes	94
Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	100
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	106
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	171
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990	203
Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014	271
Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar....	291
Questões	297
Gabarito.....	302

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da orientação educacional; papel do Orientador Educacional na organização do trabalho escolar.....	1
Atribuições, responsabilidades e limites de atuação do Profissional do Magistério com Habilitação Técnico Pedagógica – Orientador	6
Orientação educacional na perspectiva democrática, inclusiva, preventiva e emancipatória	12
Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes	19
Desenvolvimento integral do estudante nos aspectos cognitivo, afetivo, social, emocional, ético e cultural	25
Mediação entre estudante, família, professores, equipe gestora, comunidade e rede de apoio	31
Escuta qualificada, acolhimento, diálogo e intervenção pedagógica; identificação, acompanhamento e encaminhamento de dificuldades de aprendizagem, adaptação escolar, infrequência, evasão, abandono e baixo rendimento; estratégias de prevenção e enfrentamento ao fracasso escolar; orientação aos estudantes quanto à convivência, autonomia, responsabilidade, hábitos de estudo, organização pessoal e projeto de vida	37
Orientação vocacional, profissional e educacional.....	43
Desenvolvimento socioemocional, cidadania, protagonismo juvenil e participação estudantil; mediação de conflitos, cultura de paz, convivência democrática, disciplina e resolução não violenta de problemas; prevenção ao bullying, cyberbullying, discriminação, preconceito, racismo, capacitismo, violência escolar e outras formas de violação de direitos	50
Proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente escolar	57
Estatuto da Criança e do Adolescente	63
Direitos humanos, diversidade, equidade, inclusão e respeito às diferenças; educação especial na perspectiva inclusiva e atuação da orientação educacional no atendimento a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e necessidades educacionais específicas; acessibilidade, adaptações razoáveis e articulação com o Atendimento Educacional Especializado – AEE	64
Relação família e escola: comunicação, corresponsabilidade, participação e orientação às famílias.....	70
Articulação com Conselho Tutelar, assistência social, saúde, Ministério Público e demais órgãos da rede de proteção; busca ativa escolar, acompanhamento da frequência e prevenção da evasão	78
Planejamento, execução e avaliação de ações, projetos e programas de orientação educacional; elaboração de relatórios, pareceres, registros, atas, encaminhamentos e documentos pedagógicos.....	84
Participação na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.....	91

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Currículo, avaliação, recuperação da aprendizagem e intervenções pedagógicas; apoio aos professores na análise de situações pedagógicas, comportamentais e socioemocionais dos estudantes; organização de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, atendimento às famílias e ações coletivas com turmas	98
Gestão democrática, participação escolar, conselhos escolares, grêmios estudantis e instâncias colegiadas	105
Legislação educacional aplicada à educação básica; Constituição Federal de 1988....	111
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	117
Plano Nacional de Educação	117
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	117
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	132
Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	132
Políticas públicas educacionais, sociais e de proteção à infância e adolescência;	164
Ética profissional, sigilo, responsabilidade, postura institucional e respeito à dignidade dos estudantes.....	171
Trabalho interdisciplinar, intersetorialidade e atuação integrada com equipe gestora, coordenação pedagógica, professores e demais profissionais da escola	179
Educação para as relações étnico-raciais, diversidade cultural, igualdade de gênero, inclusão social, sustentabilidade e cidadania.....	186
Uso de tecnologias, registros digitais, sistemas escolares e dados educacionais no acompanhamento dos estudantes	192
Análise de indicadores educacionais, frequência, rendimento, comportamento, participação e permanência escolar.....	200
Promoção de ambiente escolar seguro, acolhedor, inclusivo, participativo e favorável à aprendizagem.....	206
Questões	213
Gabarito.....	219

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	1
Regime Jurídico Único dos Servidores	13
Estrutura Administrativa do Município de Canela.....	59
Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	68
Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	78
Plano Municipal de Educação de Canela.....	79
Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	82
Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	92
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990).....	96
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs).....	164

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)	164
Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	197
Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	203
Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	235
Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	236
Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto)	279
Questões	282
Gabarito	288

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etno-metodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



Conhecimentos Específicos

A orientação educacional não surgiu inicialmente como uma função escolar claramente definida. Em diferentes sociedades, famílias, grupos religiosos, mestres e comunidades já orientavam crianças e jovens quanto aos comportamentos esperados, às escolhas de vida e à preparação para o trabalho. Essas práticas tinham caráter informal e reproduziam os valores, as hierarquias e as necessidades econômicas de cada época.

A industrialização, a urbanização e a ampliação da escolarização modificaram esse cenário. A diversificação das ocupações e a necessidade de preparar trabalhadores para funções específicas favoreceram o aparecimento da orientação profissional. Em sua fase inicial, buscava-se identificar aptidões individuais e ajustá-las às exigências das profissões. Testes psicológicos, entrevistas e classificações passaram a ser utilizados para direcionar escolhas.

Essa perspectiva possuía uma lógica predominantemente adaptativa: cabia ao estudante ajustar-se ao trabalho e às normas sociais existentes. Problemas de aprendizagem ou comportamento eram frequentemente interpretados como dificuldades individuais, sem análise suficiente das condições familiares, pedagógicas, econômicas e institucionais.

Influências da psicologia e da pedagogia

A psicologia contribuiu para o conhecimento sobre desenvolvimento, personalidade, aprendizagem, interesses e relações interpessoais. Entretanto, quando aplicada de maneira reducionista, favoreceu práticas de diagnóstico, classificação e encaminhamento que separavam o estudante de seu contexto social.

O desenvolvimento das teorias pedagógicas ampliou essa compreensão. O estudante passou a ser reconhecido como sujeito ativo, histórico e social. A orientação educacional aproximou-se, então, do currículo, do planejamento, da avaliação e das relações estabelecidas na escola.

A transformação histórica pode ser compreendida por meio do seguinte quadro:

Período predominante	Foco da orientação	Característica da atuação	Limitação recorrente
Origem profissional	Escolha de ocupações	Identificação de aptidões	Ajustamento ao mercado
Influência psicológica	Personalidade e comportamento	Atendimento individual	Psicologização dos problemas
Integração pedagógica	Aprendizagem e desenvolvimento	Articulação com docentes	Participação institucional ainda restrita
Perspectiva crítica	Direito à educação e inclusão	Trabalho coletivo e preventivo	Necessidade de superar práticas tradicionais

► Trajetória no contexto brasileiro

Institucionalização da função

No Brasil, a orientação educacional ganhou espaço com a expansão do ensino e com a organização de serviços escolares especializados. Durante parte de sua trajetória, esteve vinculada à orientação vocacional, ao aconselhamento individual e ao controle disciplinar. O orientador era frequentemente visto como responsável por corrigir comportamentos, atender estudantes considerados problemáticos e auxiliar na adaptação às normas institucionais.



LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!